

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros "Associação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC/SP290557/O-2

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		139	9	Fornecedores		77	165
Recursos vinculados a Projetos	4	3.512	1.885	Projetos vinculados a executar	6	3.297	1.406
Outros créditos		126	154	Salários, férias e encargos sociais	7	275	592
Total do ativo circulante		3.777	2.048	Total do passivo circulante		3.649	2.163
Realizável a longo prazo				Doações de bens e direitos a apropriar		61	107
Outros créditos		63	106	Obrigações com Terceiros - Imobilizado	6	39	445
Imobilizado	5	54	456	Total do passivo não circulante		100	552
Total do ativo não circulante		117	562	Patrimônio líquido	10		
Total do ativo		3.894	2.610	Patrimônio social		145	3
				Déficit acumulado		-	(108)
				Total do patrimônio líquido		145	(105)
				Total do passivo		3.894	2.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Recursos do contrato de gestão	14 b.	9.234	7.630
Rendimentos financeiros - projetos com restrição	6	68	60
Patrocínio, Leis de Incentivo Convênio e Termos de parceria	6	685	187
Rendimentos financeiros - Plano Anual	6	<u>2</u>	<u>1</u>
		<u>9.989</u>	<u>7.878</u>
Sem restrição - atividades culturais			
Doações		911	640
Outras receitas		<u>115</u>	<u>67</u>
		<u>1.026</u>	<u>707</u>
Total das receitas operacionais		<u>11.015</u>	<u>8.585</u>
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesa com pessoal	11	(5.679)	(4.951)
Prestadores de serviços	12	(1.158)	(995)
Despesas gerais - programas culturais	13	(1.507)	(986)
Despesas gerais		(844)	(638)
Depreciação e Amortização		(112)	(120)
Despesas gerais - projeto Plano Anual	6.a	(24)	(76)
Despesas gerais - projeto BID		(176)	-
Despesas gerais - projeto UNHCR	6.b	<u>(487)</u>	<u>(112)</u>
		<u>(9.987)</u>	<u>(7.878)</u>
Resultado operacional antes das despesas administrativas		<u>1.028</u>	<u>707</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(754)	(600)
Impostos e taxas		<u>(104)</u>	<u>(109)</u>
		<u>(858)</u>	<u>(709)</u>
Superávit / (déficit) do exercício		<u>170</u>	<u>(2)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit / (déficit) do exercício	170	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	170	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Casa – Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	(Déficit) acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3	(106)	(103)
Déficit do exercício	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	(108)	(105)
Superávit do exercício	-	170	170
Ajuste de exercício anterior	-	80	80
Apropriação do superávit	142	(142)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	145	-	145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit / (déficit) do exercício		170	(2)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	5	122	128
Valor residual do ativo imobilizado baixado	5	310	2
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento)/redução nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos	4	(1.627)	781
Outros créditos		71	(21)
Aumento/(redução) nos passivos em			
Projetos vinculados a executar e obrigações com o Estado	6	1.485	(865)
Salários e provisão de férias e encargos sociais	7	(317)	113
Fornecedores, adiantamentos e doações de bens e direitos a apropriar		(54)	(23)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>160</u>	<u>113</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	<u>(30)</u>	<u>(84)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(30)</u>	<u>(84)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		130	29
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		9	(20)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>139</u>	<u>9</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>130</u>	<u>29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Casa - Museu de Artes e Artefatos Brasileiros (“Associação”) é uma associação civil de natureza cultural, de fins não econômicos e sem fins lucrativos, regida por seu estatuto social de 28 de setembro de 1998, e pelas leis que lhe são aplicáveis, cujo objeto social é a preservação, documentação e difusão do acervo relativo à cultura material e imaterial brasileira no morar, do trabalhar e do lazer, compreendendo objetos e instrumentos domésticos, rituais, folclóricos e de festividades, produzidos de modo tradicional (artesanato) ou industrial (design), em suas diversas formas de expressão, produção e uso.

A Associação tem por objetivos, contribuir para a formação de percepção e consciência, junto ao público em geral, sobre a cultura material e imaterial do morar no Brasil, a partir da coleta e difusão de material de valor histórico, sociológico e artístico, bem como através de ações culturais que propiciem experiência estética, educativa e social.

Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Constituir acervo de documentos da cultura material e imaterial relativa aos modos de morar no Brasil, mediante aquisições, doações e empréstimos.
- b. Organizar o acervo mediante o cadastramento, classificação e catalogação de coleções temáticas.
- c. Preservar e conservar o acervo de acordo com padrões museológicos.
- d. Disponibilizar o acervo à visitação e conhecimento públicos mediante exposições e mostras de longa e curta duração.
- e. Fazer a gestão de museus públicos, com base em contratos de gestão firmados com o ente público responsável.
- f. Editar publicações dedicadas aos temas relacionados ao seu campo de atuação.
- g. Realizar atividades de caráter multidisciplinar visando à integração das diversas especialidades envolvidas nos assuntos pertinentes ao acervo.
- h. Organizar arquivo, biblioteca, banco de dados, videoteca ou outros sistemas de informação especializados nas áreas relacionadas ao campo de atuação da entidade.
- i. Captar e gerir recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento de seus projetos e atividades.

A Associação administra os museus “A Casa – Museu do Objeto Brasileiro”, por meio de recursos próprios e também o museu “MCB – Museu da Casa Brasileira”, por meio de contrato de gestão, cuja vigência foi até 31 de dezembro de 2021, veja detalhes na nota explicativa 14.a.

Em 6 de maio de 2008, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto de 30 de abril de 2008, pelo qual, através do processo SC 1.283.2007, da Secretaria da Cultura e dos pareceres 470-2008 e 519-2008, da AJG, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado qualificou Associação como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes.

1.2 Coronavírus (“COVID-19”)

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e o aumento significativo da incerteza econômica. O setor de entreterimento foi afetado com o fechamento temporário das atividades abertas ao público em geral. A Associação teve de readequar junto a Secretaria de Cultura e os demais parceiros de projetos, a forma de atuação no cumprimento das obrigações contratuais. As principais iniciativas adotadas pela Administração da Associação foram:

- fechamento dos Museus pelo período proibitivo de acordo com as determinações do governo;
- manter o sistema de trabalho em home-office para a maioria dos colaboradores;
- com a reabertura do museu presencialmente em 2021, a maioria das metas qualitativas de execução foram previstas com a Secretaria de Cultura e mantidas nas plataformas online, tais como: comunicação da agenda virtual do museu, oficinas de cultura, comunicações museológicas, engajamento em redes sociais e dentre outras.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 04 de fevereiro de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.c (ii) - vida útil do ativo imobilizado;**

3 Principais políticas contábeis

A Associação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja

requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados ou do contrato de gestão a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito na receita “Recursos do contrato de gestão”, em contrapartida da depreciação registrada como despesa no resultado.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de “Recursos do contrato de gestão” em contrapartida nas despesas das atividades culturais nas rubricas de “Despesas gerais”.

Em 31 de dezembro de 2021 a Associação registrou o montante de R\$ 113 (R\$156 em 2020) com trabalhos voluntários, incluindo apresentações musicais e serviços administrativos dos membros integrantes dos órgãos de administração.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Recursos vinculados a projetos

	2021	2020
Caixa		
Banco conta movimento	3	26
Aplicações financeiras	3.008	33
	<u>501</u>	<u>1.826</u>
	<u>3.512</u>	<u>1.885</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa que são remunerados a taxade 94% do Certificado de Depósito Interbancário -CDI (96% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2020).

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	2021	2020
Móveis e utensílios	10%	23	(3)	20	242
Máquinas e equipamentos	10%	13	(4)	9	48
Equipamento de informática e comunicação	20%	32	(7)	25	55
Benf. Imóveis terceiros -A Casa - Matriz	20%	153	(153)	-	-
Benfeitorias Imóveis terceiros	20%	-	-	-	88
Outros	20%	-	-	-	23
		<u>221</u>	<u>(167)</u>	<u>54</u>	<u>456</u>

Movimentação do ativo imobilizado em 2021

Descrição custo	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Devolução		Saldo em 31/12/2021
				Contrato	Gestão (a)	
Equipamento de informática e comunicação	188	9	(14)	(151)		32
Móveis e utensílios	407	13	(226)	(171)		23
Máquinas e equipamentos	168	7	(13)	(149)		13
Software	66	1	(1)	(66)		-
Benfeitorias Imóveis de Terceiros - A Casa Matriz	153	-	-	-		153
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	547	-	-	(547)		-
Outros	50	-	-	(50)		-
	<u>1.579</u>	<u>30</u>	<u>(254)</u>	<u>(1.134)</u>		<u>221</u>
Descrição depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Devolução		Saldo em 31/12/2021
				Contrato	Gestão (a)	
Equipamento de informática e comunicação	(134)	(9)	14	122		(7)
Móveis e utensílios	(165)	(39)	70	131		(3)
Máquinas e equipamentos	(119)	(16)	12	119		(4)
Software	(66)	-	1	65		-
Benfeitorias Imóveis de Terceiros - A Casa Matriz	(153)	-	-	-		(153)
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	(459)	(49)	-	508		-
Outros	(27)	(9)	-	36		-
	<u>(1.123)</u>	<u>(122)</u>	<u>97</u>	<u>981</u>		<u>(167)</u>
Saldo líquido	<u>456</u>	<u>(92)</u>	<u>(157)</u>	<u>(153)</u>		<u>54</u>

(a) Em dezembro de 2021, a Associação devolveu para a Secretaria de Cultura de Economia Criativa os ativos imobilizado que haviam sido adquiridos com os recursos do Contrato de Gestão.

Em 2020

Descrição Custo	Saldos em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Equipamento de informática e comunicação	143	48	(6)	3	188
Móveis e utensílios	386	23	(2)	-	407
Máquinas e equipamentos	161	13	(3)	(3)	168
Software	66	-	-	-	66
Benfeitorias Imóveis de Terceiros - A Casa Matriz	153	-	-	-	153
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	547	-	-	-	547
Outros	50	-	-	-	50
	<u>1.506</u>	<u>84</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>1.579</u>
Descrição depreciação	Saldos em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Equipamento de informática e comunicação	(137)	(3)	6	-	(134)
Móveis e utensílios	(128)	(38)	1	-	(165)
Máquinas e equipamentos	(104)	(17)	2	-	(119)
Software	(66)	-	-	-	(66)
Benfeitorias Imóveis de Terceiros - A Casa Matriz	(153)	-	-	-	(153)
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	(398)	(61)	-	-	(459)
Outros	(18)	(9)	-	-	(27)
	<u>(1.004)</u>	<u>(128)</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(1.123)</u>
Saldo líquido	<u><u>502</u></u>	<u><u>(44)</u></u>	<u><u>(2)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>456</u></u>

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2020	Valores Recebidos	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Outras Movimentações	Consumo	Saldos em 31/12/2021
Contrato de Gestão (10/2016) (nota 14.a)	1.788	7.694	2.385	68	(151)	(9.302)	2.482
	<u>1.788</u>	<u>7.694</u>	<u>2.385</u>	<u>68</u>	<u>(151)</u>	<u>(9.302)</u>	<u>2.482</u>
(-) Obrigações com o Estado - Imobilizado (10/2016)	(400)	-	-	-	-	400	-
Saldo líquido Contrato de Gestão	<u>1.388</u>	<u>7.694</u>	<u>2.385</u>	<u>68</u>	<u>(151)</u>	<u>(8.902)</u>	<u>2.482</u>
PROAC – Projeto Ver Dentro - Plano Anual (nota 6.a)	5	20	-	-	(1)	(24)	-
PROJETO UNHCR (Matriz) - (nota 6.b)	58	563	-	-	(7)	(486)	128
PROJETO BID (Matriz) - (nota 6.b)	-	806	1	1	94	(176)	726
(-) Obrigações com UNHCR - Imobilizado	(45)	-	-	-	-	6	(39)
Saldo líquido	<u>1.406</u>	<u>9.084</u>	<u>2.385</u>	<u>69</u>	<u>(65)</u>	<u>(9.582)</u>	<u>3.297</u>

(nota 6.a) O projeto tem objetivo a realização de uma exposição de fotografias que revela modos de morar do paulistano a partir de imagens produzidas durante visitas a vários bairros da periferia pelo período de dois anos. O valor total do projeto está estimado em R\$100, e em 2019 foram captados através do PROAC Editais contrato 036-2019 o valor de R\$80. Devido a prorrogação da exposição, a previsão de captação do saldo de R\$20 foi repassada em 2021, em 2021 foi empenhado o montante de R\$ 24 finalizando a exposição com a prestação de contas aprovada pelo Proac.

(nota 6.b) O projeto em parceria da A CASA com UNHCR (United Nations High Commissioner For Refugees) visa fornecer oportunidades estruturadas de subsistência para cerca de 240 indígenas venezuelanos refugiados que vivem em abrigos que vão se dedicar à produção de artesanato artesanal nos estados de Roraima e Amazonas. O valor total estimado para o projeto foi de R\$170. Em 07 de agosto de 2021 o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) firmo o termo com a CASA que disponibilizará cerca de USD250 para continuidade do projeto. Em 2020 foi empenhado o montante de R\$ 662 para a execução do projeto em Boa Vista(RR) e Manaus(AM).

- **Valores recebidos/captados** -referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** -referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (Vide Nota Explicativa nº 3.b- práticas contábeis).
- **Consumo** -referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

7 Salários, férias e encargos sociais

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	215	564
INSS a recolher	21	14
IRRF a recolher	14	4
FGTS a recolher	9	4
Outros	16	6
	275	592

8 Provisão para contingências

A Associação reconhece provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ou tributários quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2021 a Associação não possuía processos com perda provável para serem reconhecidos e ou processos com perda possível para serem divulgados.

9 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

10 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembléia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

11 Despesas com Pessoal

	2021	2020
Salários		
Encargos sociais	(2.762)	(2.614)
Benefícios	(1.396)	(1.047)
Férias	(704)	(675)
Décimo terceiro salário	(350)	(342)
Outros	(248)	(243)
	(219)	(30)
	(5.679)	(4.951)

12 Despesas com prestadores de serviços

	2021	2020
Vigilância e segurança	(394)	(335)
Assessoria contábil e jurídica	(235)	(210)
Limpeza e higiene	(212)	(163)
Portaria	(160)	(161)
Informática	(55)	(43)
Outros	(102)	(83)
	<u>(1.158)</u>	<u>(995)</u>

13 Despesas gerais – Programas culturais

	2021	2020
Programa de Comunicação e Desenvolvimento Institucional	(365)	(356)
Programa de Edificações	(359)	(229)
Programa de exposições e Programação Cultural	(474)	(215)
Programa de Gestão de Acervo	(280)	(178)
Programa Educativo	-	(4)
Programa de Gestão Museológica	(29)	(4)
	<u>(1.507)</u>	<u>(986)</u>

A seguir apresentamos a composição das naturezas das despesas gerais das principais atividades da Associação:

A Casa – Museu de Artes e Artefatos Brasileiros
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Programa de exposições e programação cultural		Programa de Edificações: conservação manutenção e segurança		Programa de Comunicação		Programa de Acervo		Programa Educativo		Programa de Gestão Museológica	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Parcerias e patrocínio (a)	(377)	(35)	-	(1)	(281)	(288)	(14)	-	-	-	(20)
Trabalho voluntários	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autônomos	(5)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Solrização	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto cenográfico	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vigilância	(1)	(1)	(48)	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-
Locação de equipamento	(23)	(1)	(11)	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limpeza	(1)	(1)	(5)	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipe de montagem e desmontagem	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coordenação executiva	(38)	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eltricista	(1)	(3)	(20)	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	(2)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coordenação de produção	-	(1)	-	-	-	-	(3)	(6)	-	-	-	-
Comunicação visual	(1)	(1)	-	-	(2)	(3)	-	-	-	-	-	-
Seguros	-	(4)	(13)	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-
Coleta seletiva	-	-	(15)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedetização	-	-	(12)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospedagem e domínio	-	-	-	-	(24)	(19)	-	-	-	-	-	-
Manutenção e reparos	-	-	(176)	(100)	-	-	(3)	-	-	-	-	-
Website	-	-	-	-	(14)	(13)	-	-	-	-	-	-
Oficinas Educativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acondicionamento de acervo	-	-	-	-	-	-	(219)	(162)	-	(1)	-	-
Higiene e Limpeza	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-
Outras despesas	(25)	(51)	(59)	(36)	(44)	(33)	(41)	-	-	-	-	-
	<u>(474)</u>	<u>(215)</u>	<u>(359)</u>	<u>(229)</u>	<u>(365)</u>	<u>(356)</u>	<u>(280)</u>	<u>(178)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(9)</u>	<u>(4)</u>

(a) No exercício de 2021, a Associação registrou o montante de R\$ 402 (R\$ 35 em 2020) com parcerias e patrocínios, que tem como objetivo promover a visibilidade da Associação por meio de exposições, programação cultural, programas de comunicação, gestão de acervo, gestão museológica e edificações. Sendo em 2021, R\$ 33 com a Archiv Foto e Design para a exposição "Campos de Atitude", R\$ 15 com Associação David Rockefeller Center da Universidade de Harvard para a realização da exposição "Urbanismo ecológico na América Latina", R\$ 80 com Móveis Schuster Ltda. Para a exposição "Bernardo Figueiredo", R\$ 30 Content XP Comunicação Ltda. para a realização e divulgação da programação do Museu da Casa Brasileira, R\$ 7 com Amália Francisca de Vincenzo Produções EPP para realização do Evento Público "Festival Jazzmin's - Mulheres na Música" via Youtube, R\$ 37 com Maria das Graças Santana Bueno Antiguidades para a realização da Exposição "Jean Gillon", R\$ 175 com TAU Produções Ltda - ME para o lançamento de 7 vídeos referentes ao projeto "Violeiros do Brasil", R\$ 281 com o Google patrocínio de visibilidade de acessos online, R\$ 20 com Drone Studio Brasil Ltda para viabilizar as filmagens dos espaços do Museu por meio de drones, sendo um vídeo de cada espaço e um unificado com todos os espaços e R\$ 14 de demais patrocínios e parcerias. As receitas correspondentes estão registradas na rubrica de Recursos do contrato de gestão - Nota explicativa 14.

14 Despesas operacionais (atividades culturais)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.b, os recursos recebidos dos projetos vinculados são empregados na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos empenhados estão apresentados da seguinte forma:

	2021	2020
Em Contrato de gestão -10/2016 (a)	(9.302)	(7.690)
Em Projeto Minc 268314 (Plano Anual)	(25)	(76)
PROJETO BID (Matriz)	(175)	-
PROJETO UNHCR (Matriz)	(487)	(112)
	(9.989)	(7.878)

a. Contrato de Gestão - 010/2016

Em 26 de novembro de 2016 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o resultado da convocação pública para a gestão do Museu da Casa Brasileira para o período de cinco (5) anos.

Em 30 de dezembro de 2016, a Associação firmou Contrato de Gestão de nº 010/2016 com o Governo do Estado de São Paulo, pelo período de 60 meses, iniciando-se em 01/01/2017 até 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, a Associação irá receber recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Museu da Casa Brasileira.

No mês de março de 2018, foi celebrado o 1º (primeiro) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 855.

No mês de dezembro de 2018, foi celebrado o 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo que não houve alterações financeiras.

No mês de outubro de 2019, foi celebrado o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 684.

No mês de dezembro de 2019, foi celebrado o 4º (quarto) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 182.

No mês de fevereiro de 2020, foi celebrado o 5º (quinto) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 855.

No mês de setembro de 2020, foi celebrado o 6º (sexto) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente a redução da importância global estimada em R\$ 826.

No mês de maio de 2021, foi celebrado o 7º (sétimo) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 866.

No mês de dezembro de 2021, foi celebrado o 8º (oitavo) aditamento ao Contrato de Gestão 010/2016 por intermédio da Secretaria do Estado da Cultura, sendo a cláusula sétima alterada referente ao aumento da importância global estimada em R\$ 1.070.

Encerramento do Contrato de Gestão

Em 30 de junho de 2021, a Associação foi comunicada oficialmente pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que o contrato de Gestão 010/2016 com vencimento em 31 de dezembro de 2021, não seria renovado para os próximos 5 anos, e que o equipamento “Museu da Casa Brasileiro”, a partir de 01 de janeiro de 2022, será gerenciado por meio de convênio por outra entidade (Fundação Padre Anchieta).

A partir de julho de 2021 a Associação iniciou com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa o processo de encerramento definitivo do contrato, com a apuração dos gastos de desmobilização, que incluiu: assessoria jurídica, contábil, TI, impressoras, recursos humanos, contratos com terceiros, etc). A prestação de contas final do contrato de gestão, tem como prazo até 90 (noventa) dias do encerramento do contrato, conforme cláusula décima, paragrafo primeiro do contrato de gestão.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Associação recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 34.541 recebida da seguinte forma:

Exercícios

2017	
2018	7.824
2019	6.613
2020	6.624
2021 (a)	5.786
	<u>7.694</u>
	<u>34.541</u>

(a) No exercício de 2021, a Associação recebeu o repasse do Poder Público no valor de R\$ 7.694. (conforme nota explicativa 6 - projetos a executar). Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Associação também manteve as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

(b) A seguir apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público:

	2021	2020
Receitas do contrato de gestão (créditos do Poder Público)	6.849	6.627
Eventos e Cessão de espaço	966	391
Parcerias e patrocínios	716	324
Trabalhos voluntários	113	156
Bilheteria	524	103

Taxas de inscrições para concursos	45	16
Outras receitas	21	13
Total	9.234	7.630

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro e segundo quadrimestre de 2021, foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre aprovado em 19 de julho e o relatório do segundo quadrimestre em 27 de outubro de 2021. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em fevereiro de 2022.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

15 Despesas gerais e Administrativas

	2021	2020
Prestação de serviços	(249)	(236)
Salários	(197)	(106)
Benefícios	(56)	(26)
Manutenção e reparos	(33)	(37)
Férias	(25)	(15)
Água, energia, internet e telefone	(18)	(23)
Décimo terceiro salário	(17)	(11)
Depreciação	(2)	(2)
Viagens	(1)	(18)
Encargos sociais	23	(46)
Autônomos	-	(6)
Redação e revisões de texto	-	(2)
Outros	-	-
	(179)	(72)
	(754)	(600)

16 Instrumentos financeiros

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado. A Associação não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

17 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2021 e 2020.

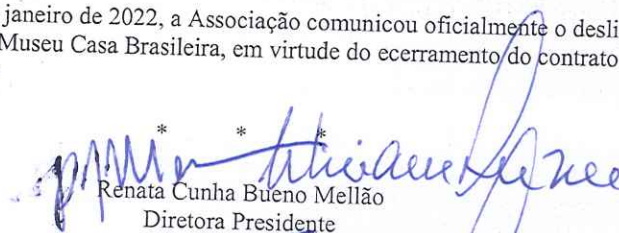
18 Renúncia fiscal

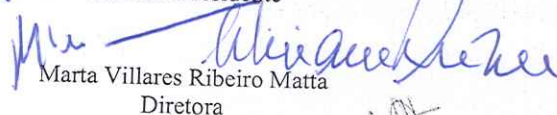
Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

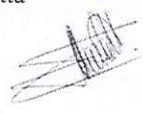
- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza).
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

19 Eventos subsequentes

Nos dias 07, 26 e 27 de janeiro de 2022, a Associação comunicou oficialmente o desligamento aos 07 funcionários do Museu Casa Brasileira, em virtude do encerramento do contrato de Gestão 010/2016.


Renata Cunha Bueno Mellão
Diretora Presidente


Marta Villares Ribeiro Matta
Diretora


Rogério Gerlah Pagnatto
Contador
CRC ISP 131987/O-3